

150 anos de subúrbio carioca

150 anos de
subúrbio carioca

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira*

Submetido em abril de 2011
Aprovado em outubro de 2011

OLIVEIRA, Márcio Piñon de Oliveira, FERNANDES, Nelson da Nobrega (org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: UFF/ Lamparina, FAPERJ, 2010, pp.253

O livro reúne trabalhos apresentados no seminário “150 anos de subúrbio carioca”, organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (Neurb) da Universidade Federal Fluminense. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, o Neurb reuniu especialistas de diferentes disciplinas. Além do foco interdisciplinar, o livro dialoga com a conceituação de subúrbio desenvolvida por Maurício de Almeida Abreu, no livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Publicado em 1987, essa obra tornou-se clássica para a geografia e todas as ciências humanas que pesquisam o espaço urbano carioca e fluminense. O livro foi reeditado quatro vezes, sendo a última em 2010. O mote dessa resenha é apresentar o livro *150 anos de subúrbio carioca*, traçando uma ponte com a obra clássica de Maurício de Abreu.

A *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* tinha como preocupação explicar o processo de expansão da cidade do Rio de Janeiro, na maneira como foi determinado por formações sociais, constituídas por uma estrutura “econômica”, “jurídico-administrativa” e “ideológica”. Com conceitos de matriz marxista, criticava a visão liberal na qual a ação do Estado decorre da necessidade de coordenar conflitos individuais de forma que seja socialmente “ótima”, tanto do ponto de vista da eficiência, quanto da equidade de distribuição de recursos e serviços públicos; o subúrbio aparece aqui como fruto de “desordens”, da falta de planejamento e racionalidade. Ao contrário dessa visão, para Maurício Abreu, o Estado legitimava uma estrutura de classe, participava da produção da dicotomia entre a “cidade” e o “subúrbio”.

* Doutorando em “História, Política e Bens Culturais” do CPDOC-FGV. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Contato: samu_oliveira@yahoo.com.br

O Rio de Janeiro foi a expressão mais acabada dessa dicotomia, onde a “área central e suas proximidades tendem a adquirir valores monetários e simbólico maiores, solidificando ainda mais as funções de direção e residência das classes dominantes.”¹ Assim, o subúrbio, longe de ser resultado da “desordem”, estava inscrito em uma ordem urbanística capitalista.

A paisagem intelectual marxista e estruturalista que perpassou toda obra de Maurício Abreu não é a mesma do seminário e do livro *150 anos dos subúrbios cariocas*. Os autores que participaram do seminário assumem o corte de classe pressuposto no conceito de “subúrbio”, mas refletem sobre o que existe além desse preconceito de classe; observam os subúrbios através da visão dos atores que constroem a cidade. O resultado dessa virada de foco é uma produção intelectual preocupada com a alteridade e com a diversidade de representação e de formas de vida que se constituem nos subúrbios cariocas. As visões dos viajantes, dos empresários da fábrica de Bangu, dos governantes que investiram na habitação popular, do folhetim de novela, do cinema, dos moradores dos subúrbios e o “mito das favelas” ganham expressão num inventário das diferenças sobre as representações do espaço urbano carioca.

Essa diferença, entretanto, não significa o abandono do conceito de subúrbio, desenvolvido na obra de Maurício Abreu. Os autores concordam com a tese de que os trens e bondes foram os principais indutores da ocupação das regiões no entorno do centro. E recortam, como início da história do subúrbio, a “inauguração do primeiro trecho da Estada de Ferro Dom Pedro II (EFDPII), entre o Campo de Santana e Queimados, em 1958.”² A partir de meados do século XIX, as companhias de trens e bondes reforçam a tendência das elites comerciais e burocráticas buscarem regiões próximas do centro para construir suas residências. Elas passaram a fazer investimentos no sul e no norte, no centro histórico da cidade – nos bairros do Catete, Glória, Flamengo, Botafogo, Santa Tereza, São Cristóvão, Tijuca e Vila Isabel, tendo em vista a criação de zonas de valorização imobiliária.

Mas como observa Almir Chaibal El-Kareh, a denominação dessas áreas no século XIX não era subúrbio, mas “arrabalde”. A distinção não é pequena. Consultando o relato de viajantes, e refazendo os seus trajetos na cidade, o autor demonstrou que o centro era uma região pouco valorizada. O aspecto sujo, as ruas estreitas e esburacadas, os

- 1 ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4ed, Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Secretaria de Desenvolvimento/Instituto Pereira Passos, 2010, p.15.
- 2 OLIVEIRA, Márcio Piñon de Oliveira, FERNANDES, Nelson da Nobrega (org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: UFF/Lamparina, FAPERJ, 2010, p.9.

hábitos “bárbaros” da população – em sua maioria negra, escrava e pobre – davam ao centro histórico da cidade uma conotação negativa. Arrabalde era a denominação dos lugares que se distinguiam pela exuberância da natureza, bucolismo e pela influência de “ares” mais saudáveis, sendo um espaço aprazível para se morar e para passear. Fugir do centro e buscar o arrabalde eram as estratégias de moradia e divertimento da elite imperial.

Ao contrário de arrabalde, subúrbio é uma designação que inferioriza um território e sua população. “A palavra ‘subúrbio’, em português, bem como sua correspondente francesa *banlieue*, trazem sempre consigo um sentido pejorativo. Em português, o sufixo ‘sub’ implica subalternidade que as aglomerações que compõe o entorno da cidade.”³ Vários autores do livro voltaram a essa raiz etimológica da palavra e retiraram dela as consequências simbólicas e práticas que condicionam a segregação espacial no território do Rio de Janeiro. Foi na passagem do século XIX para o XX, que a noção de subúrbio se enraizou no imaginário urbano, substituindo a denominação arrabalde.

Nesse sentido, devemos voltar novamente para Maurício Abreu, que identificou, na Reforma Pereira Passos, o início de um processo de expulsão das classes populares do centro do Rio de Janeiro e a consolidação de uma dicotomia entre centro histórico/zona sul x zona norte/oeste, entre “cidade e subúrbio” no sentido que conhecemos ainda hoje. Segundo Nelson da Nóbrega Fernandes, a palavra subúrbio foi “raptada ideologicamente”. Subúrbio deixou de representar todos os espaços circunvizinhos ao centro, e se fixou no norte e oeste servido pelas ferrovias – visto como lugar do proletariado. A representação expressava o desejo de “controle sobre as classes populares” e a utopia de uma cidade segregada, com lugares definidos para cada – classe social.

E foi no bojo desse processo que se construiu a categoria favela, na imaginação urbana carioca. Como observou Maria Lais Pereira, “à medida que se consolida a cidade como projeto segregador, elitizante, e se desenvolve, pós-Pereira Passos, a ideologia da modernidade, o favelado adquire uma nova representação, ambígua, típica dos anos 1920.”⁴ A favela e o subúrbio encontram então uma raiz comum num projeto de segregação espacial, em que a população pobre é excluída

3 EL-KAREH, Almir Chaibal. Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de Oliveira, FERNANDES, Nelson da Nobrega (org.). *Op.cit.* p. 9.

4 PERIERA, Maria Lais. “A favelas e o subúrbios: associações e dissociações na expansão suburbana da favela”. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de Oliveira, FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). *Op.cit.* p. 177.

do centro e da zona sul. Por isso, a representação do subúrbio e da favela encontram um paralelo e uma troca constante de sentidos e significados. Mas há uma diferença nesse conjunto de representações: se o subúrbio conseguiu, ao longo do século XX, reverter o significado pejorativo, a favela não teve tal sorte.

Aparentemente não houve um momento em que a favela teve, para a cidade, uma representação que rompesse, ou melhor, que transformasse seu sentido primordial, de local do pobre (na “melhor” das representações), do vagabundo e do bandido (no sentido mais pejorativo).⁵

Na representação da favela, enraizou-se um estigma social.

Ao longo do século XX, as ambiguidades da representação do subúrbio e da favela encontraram ecos nas várias representações literárias e artísticas do Rio de Janeiro. Os trabalhos de Laura Antunes Maciel (“Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado”), Rolf Ribeiro de Souza (“As representações subalternas dos homens suburbanos”) e Luiz Claudio Motta Lima (“Rio zona norte: um olhar sobre o subúrbio carioca”) irão analisar como os jornais, novelas, literatura e cinema apropriaram-se das categorias “subúrbio” e “favela”. Essas obras, inseridas no circuito de produção literária e artística, oferecem uma compreensão sobre o sentido da segregação no espaço urbano carioca.

As análises da produção cultural, apesar de se insinuar no texto de Maurício Abreu, não se apresentaram e ganharam forma no livro *Evolução Urbana do Rio do Janeiro*. Podemos dizer que esse aspecto não fazia parte do campo intelectual em que o autor estava inserido. A ideologia ou a superestrutura da sociedade era vista como um reflexo das formações sociais e econômicas. Ora, essas análises da cultura mostram o intrincado processo de construção da identidade nos subúrbios: representam saberes e conhecimentos locais que constroem memórias e projetos políticos que dialogam com a forma pejorativa que essas regiões costumam ser caracterizadas. Essa é uma grande diferença e contribuição do livro *150 anos do subúrbio carioca*.

Outro procedimento analítico usado pelos autores e que os diferenciam de Maurício Abreu é a redução da escala de análise. Enquanto Maurício Abreu procurou as tendências estruturais na transformação do espaço urbano, mostrando os grandes movimentos humanos, alguns autores de *150 anos do subúrbio carioca* valorizaram a exceção e

os padrões de urbanização que não encontram explicação nas análises macroestruturais. O exemplo disso é o trabalho de Márcio Piñon de Oliveira, que estudou a fábrica de Bangu, surgida do surto industrial da cidade do Rio de Janeiro, entre 1880 e o início de 1890. As bases desse crescimento, um dos mais importantes da história brasileira, eram: a crise econômica do café no Vale do Paraíba; a ampliação do mercado de trabalhadores livres; a política tarifária com efeito protecionista e a disponibilidade de bens e capital no mercado internacional. A “Companhia Progresso Industrial do Brasil” (CPIB) surge nesse contexto, a partir de capitais nacionais e estrangeiros, investindo na produção têxtil em Bangu.

Até aqui o empreendimento da CPIB não era diferente de outros, porém é na forma e padrão de ocupação do espaço que ela se distingue de outros empreendimentos.

As indústrias que surgiram no contexto industrial do final do século XIX e início do XX, concentravam-se nas proximidades de São Cristóvão, que de bairro aristocrático (onde se localizava o Palácio de D. Pedro II), passou a ser a localização estratégica para a instalação da indústria no Rio de Janeiro. A localização em São Cristóvão revelou-se duplamente benéfica às indústrias. Por um lado, a utilização dos casarões diminuiu os custos de capital fixo. Por outro, a localização em São Cristóvão representou também a minimização dos custos com infra-estrutura, já que este bairro era um dos mais bem servidos do Rio, especialmente quanto ao abastecimento de água. A região oferecia, ainda, grande proximidade em relação aos eixos ferroviários e aos diversos portos que serviam à cidade, dos quais as indústrias dependiam para o recebimento de matérias-primas e para a exportação do produto final para outros mercados.⁶

A CPIB foi uma exceção a essa tendência por se localizar em Bangu. Em 1889, a CPIB comprou uma extensa porção de terra, a propriedade de um engenho de cana-de-açúcar, e usou da estrutura rural pré-existente nesse espaço para favorecer a instalação de uma fábrica têxtil. Influenciou essa escolha a localização de uma estação na linha férrea, mas mais importante foi a possibilidade de construção de uma “fábrica-fazenda”, onde se adequaria a produção da fazenda para usá-la na produção têxtil. Esse modelo ficou conhecido como “sistema Bangu” e sofreria algumas transformações ao longo do tempo. Em 1904, a direção da fábrica passou a urbanizar a região, e deu uma outra destinação à fazenda, no sentido de garantir o abastecimento de gêneros alimentícios e a construção de moradias para os operários,

6 ABREU, Maurício de Almeida, *Op. cit.*, p. 55.

reduzindo custos com a reprodução da força de trabalho. A peculiaridade de Bangu, longe de ser motivo de fragilidade da empresa, foi um modelo que possibilitou a perenidade dos empreendimentos fabris ao longo do século XX.

O livro *150 anos de subúrbios carioca* traz um diálogo frutífero e construtivo com a obra de Maurício de Abreu. Recuperou a conceitualização de subúrbio e o projeto segregacionista inscrito na evolução urbana do Rio de Janeiro, dando uma feição nova a essas noções. Primeiro, avançam na análise dos efeitos culturais dessa ideologia modernizante e segregadora do espaço carioca. Segundo, mostrou como as representações culturais dos subúrbios são múltiplas e revelam diferentes estilos de vida. Terceiro, desvelou paradigmas de urbanização que não são contemplados em uma ótica estrutural. Por tudo isso, são vários os motivos para ler e apreender com o livro *150 anos do subúrbio carioca*.